



REUNIÃO DO CE DA CONFAP – INFORMAÇÃO

No seguimento dos últimos desenvolvimentos no sistema educativo, a CONFAP reitera o seu desejo de que os direitos das crianças e dos jovens sejam respeitados.

Somos Mães, Pais e Encarregados de Educação com os filhos no sistema de ensino português, público e particular. Não somos daqueles que sob a capa de estarem a defender os Pais e Encarregados de Educação, não têm filhos no sistema educativo, sem qualquer legitimidade e com desonestidade intelectual se arrogam no falso direito de dizer que esta greve defende o melhor para os “nossos filhos”.

Dialogamos com todos os sindicatos democráticos (dos quais os mais representativos são a FNE e FENPROF) que sem deixarem de defender os seus interesses sabem respeitar a diferença de opinião. Podem discordar, mas não mentem ressabiados com alarvidades como outros que nunca se reveem noutras posições que não as suas.

Reiteramos o que dissemos no nosso comunicado e confiamos que para bem de todos o processo avaliativo decorra com normalidade no cumprimento do calendário estabelecido anteriormente.

Assim,

A Educação é antes de tudo um direito das crianças e dos jovens.

Esta greve viola clamorosamente o artigo 73ª da Constituição da República Portuguesa.

Só o direito das crianças e dos jovens à Educação pode legitimar e sustentar quaisquer outros direitos no sistema educativo.

Esta forma de greve constitui uma desonestidade intelectual para com o trabalho dos professores e dos alunos que diariamente estão na escola e se esforçam por dar o seu melhor.

Estamos cientes de que qualquer greve pode ter efeitos negativos em terceiros. Mas esta greve suspende a vida dos jovens com danos irreparáveis para toda a vida.

Os efeitos desta greve na vida dos jovens não se anulam com o fim da mesma.

Esta greve descredibiliza a confiança que os jovens depositam nos seus tutores.

Esta greve prejudica a escola pública, criando desigualdade de oportunidade com outros sistemas de ensino.

Os professores podem contar connosco para defendermos a melhoria das condições escolares, da qualidade dos profissionais e dos projetos educativos.

A manter-se tal conjuntura ano após ano e não conseguindo os sucessivos governos inverter esta situação, então deve-se repensar a política educativa sobre os contratos de associação ou outras formas que permitam a todas as famílias poderem fazer a sua escolha pela escola.

CONFAP

2018.06.13